

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O Trabalho no Século XXI.
Mudanças, impactos e perspectivas.

GT 16 - Relaciones de Trabajo y Diálogo Social en América Latina

Título: Tendências recentes da sindicalização no Brasil: uma visão setorial e por gênero.

Autor e co-autores:

Eduardo Miguel Schneider (co-autor)

Patricia Klasner Biasoli (co-autor)

Adalmir Antonio Marquetti (co-autor)

Walter Arno Pichler (autor)

Título: Tendências recentes da sindicalização no Brasil: uma visão setorial e por gênero.

Resumo Simples

No Brasil, ao contrário do que ocorreu em muitos países industrializados, o número de associados a sindicato aumentou e a taxa de sindicalização se elevou ao longo das duas últimas décadas. O trabalho aqui proposto tem por objetivo aprofundar o estudo das tendências da afiliação sindical no País nos anos 2000. Mais precisamente, o estudo pretende examinar o comportamento do associativismo sindical por setores de atividade econômica e por sexo. Além disso, o artigo pretende identificar fatores que possam ter se relacionado à trajetória da sindicalização ao longo dos anos em estudo. Esses aspectos têm sido pouco estudados na literatura especializada. A análise está baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD-IBGE).

Resumo ampliado

O associativismo¹ e o ativismo sindical declinaram significativamente em muitos países industrializados ao longo das últimas décadas (BAMBER, LANSBURY e WAILES, 2004; CHECCHI e VISSER, 2005; JOSE, 2002; LAWRENCE e ISHIKAWA, 2005). Dentre as implicações mais salientes desse processo estão não somente as questões diretamente ligadas ao papel regulatório e de proteção dos trabalhadores exercido pelos sindicatos, mas também, e de modo mais geral, a própria sobrevivência das instituições do mercado de trabalho erigidos no pós II Guerra Mundial (JOSE, 2002). Dentre essas se incluem os direitos individuais e coletivos do trabalho estabelecidos nas legislações laborais — tais como estabilidade no emprego, salário mínimo, descanso remunerado, benefícios não monetários -, bem como os esquemas de participação de trabalhadores na gestão de empresas, as formas de concertação social, e as negociações coletivas de trabalho (JOSE, 2002). Esses elementos estão assentados em arranjos político-sociais que tem em sindicatos de trabalhadores fortes os seus mais importantes sustentáculos.

A crise do sindicalismo nessas sociedades teve como consequência a deterioração das condições de trabalho e do diálogo social nos anos 1990 e 2000 (ILO, 2012). Além disso, em período mais recente, e na esteira da crise financeira internacional, muitos países – principalmente os mais afetados pela redução do nível de atividade econômica e aumento do desemprego – passaram a ver na reforma das instituições do mercado de trabalho um modo de superar a crise e impulsionar o desenvolvimento econômico. As leis existentes são consideradas um obstáculo para promoção políticas de austeridade e para a introdução de medidas anti-crise. As mudanças introduzidas levam à redução geral de direitos relacionados com contrato de trabalho, com as negociações coletivas de trabalho e até mesmo dos direitos sindicais. No caso dos contratos de trabalho, a intervenção governamental tomou a forma de ampliação do período de experiência, da aumento das razões que podem ser alegadas para a demissão justificada, da redução das indenizações em caso de demissões justificadas, da diminuição do tempo de aviso prévio, e do enfraquecimento das sanções para casos de demissões injustificadas (ILO, 2012, p. 38). Além da precarização dos direitos dos trabalhadores com contrato de trabalho

¹ **Associativismosindical** é definido como ato de sindicalizar-se, de passar a pertencer a, ou ser membro de sindicato, de filiação a sindicato.

indeterminado, as reformas foram no sentido da redução da proteção dos trabalhadores temporários – como é o caso do alongamento da duração do emprego na condição de temporários e a redução do nível de proteção desses grupos (ILO, 2012, p. 39). As regras para demissões coletivas também foram flexibilizadas com a redução dos procedimentos administrativos requeridos e com o aumento da referência numérica do que é considerado demissão coletiva (ILO, 2012, p. 40). No caso da barganha coletiva, as novas medidas legais tendem a favorecer a descentralização das negociações coletivas - como, é o caso da legalização do aumento de exceções de aplicação de termos estabelecidos em acordos coletivos setoriais (“opt-out” clauses) e da ampliação da validade para acordos de empresa. A OIT informa, ainda, que na Europa central e do sul houve casos em que até mesmo se introduziram reformas que reduzem o direito de representação dos trabalhadores – afetando o direito de sindicalização – e limitaram o direito de greve (ILO, 2012, p. 40-41).

A tendência ao declínio (ou crise) dos sindicatos e do sindicalismo nas últimas décadas não pode ser generalizada. Se, por um lado, a taxa de sindicalização recuou nos EUA, França, Reino Unido e Austrália, por outro, há evidências de que ela se elevou ou permaneceu relativamente estável na Suécia, no Canadá e na Alemanha. Além disso, alguns pesquisadores perceberam queda nos níveis de sindicalização na indústria manufatureira, porém, crescimento no setor de serviços (LAWRENCE e ISHIKAWA, 2005, p. 27). LAWRENCE e ISHIKAWA mostram, ainda, que em países do norte da Europa o nível de associativismo sindical é elevado enquanto nos países em desenvolvimento da Ásia é muito baixo. Outros estudos revelam, finalmente, que há evidências de uma parcial revitalização dos níveis de sindicalização no final dos anos 1990 na Espanha, Itália e Reino Unido (KELLY e FREGE, 2005, p. 50-56).

O Brasil, por sua vez, trafegou na contracorrente das tendências observadas em grande parte dos países industrializados (PICHLER, 2007; PICHLER, 2011). Entre 1992 a 2011 a taxa de sindicalização passou de 16,7% do total de ocupados para 17,2%. Essa pequena elevação decorreu do aumento no número de associados, que totalizou 16,0 milhões de pessoas em 2011 [PNAD-IBGE]. Uma análise mais detida permite distinguir três fases distintas nesse período. A primeira foi a do **declínio**, que ocorreu entre 1992 e 1998, período no qual a taxa de sindicalização sofreu um leve recuo. Já na segunda fase, de **revitalização**, que ocorreu entre 1999 e 2006, o número de associados a sindicatos aumentou em 5,1 milhões de pessoas, aproximadamente, e a taxa de sindicalização

aumentou 2,5 pontos percentuais. Finalmente, em 2007 se inicia um novo período de **desaceleração e queda**. As evidências mostram que, entre 2006 e 2011, houve uma redução no número de associados e um recuo na taxa de sindicalização.

As evidências empíricas mostram que há diferenças importantes na situação e na trajetória da sindicalização se forem consideradas as áreas urbanas e rurais, o sexo dos associados, bem como os setores de atividade econômica. Apesar do significativo aumento do número de sócios, a taxa de sindicalização urbana apresentou, no final do período, uma pequena redução em relação a 1992. Já nas áreas rurais, observou-se um acentuado crescimento praticamente durante todo o período. Dados mostram, igualmente, que a presença feminina nos sindicatos vem aumentando significativamente, principalmente nas áreas rurais. Finalmente, a participação dos ocupados em sindicato varia enormemente entre diferentes setores de atividade econômica. Por exemplo, nas áreas da Educação, Saúde e Serviços Sociais e na Administração Pública a taxa de sindicalização é significativamente superior do que a média nacional, ao passo que nos Serviços Domésticos e na Construção Civil, ela se situa em patamares muito inferiores.

O estudo proposto tem um caráter exploratório. O seu principal objetivo é avançar no estudo das características e na trajetória do associativismo sindical no Brasil durante os anos 2000. Além de examinar a distribuição dos associados por sexo, a pesquisa focará os segmentos da atividade produtiva, um aspecto pouco explorado atualmente na literatura especializada. Essa desagregação dos dados permitirá identificar em que atividades a sindicalização avançou e em quais recuou. Adicionalmente, o trabalho buscará avançar na compreensão dos possíveis fatores associados às alterações do comportamento da sindicalização nos anos em estudo. Dentre os aspectos a serem considerados estão: conjuntura política, nível de atividade econômica, desemprego, variação de preços e dos rendimentos do trabalho.

Os dados empíricos necessários para a realização do estudo proposto sobre associativismo sindical (associativismo e ocupação) estão disponíveis na PNAD-IBGE. Estatísticas sobre nível de atividade econômica (PIB), de ocupação da força de trabalho (desemprego), de variação de preços (inflação) e de rendimentos são publicados pelo IBGE e pelo IPEA. O estudo adotará os métodos de análise descritiva de séries históricas e testes de comparação de proporções.

Bibliografia principal:

BAMBER, G.J.; LANSBURY, R. D.; WAILES, N. Introduction. In: BAMBER, G.J.; LANSBURY, R. D.; WAILES, N. International and comparative employment relations: globalisation and the developed market economies. Londres, Sage, 2004, p. 1-35.

BEN-ISRAEL, G.; FISHER, H. 1994. Trade unions in the future: organisational strategies in a changing environment. In *The future of industrial relations: global change and challenges*, ed. Niland, J. R., Lansbury, R. D., and Verevis, C., 135-151. London: Sage.

CARDOSO, Adalberto Moreira. Problemas de representação do sindicalismo brasileiro: o que aconteceu com a filiação sindical? IN: TOLEDO, Enrique de la Garza. Los sindicatos frente a los procesos de transición política. Buenos Aires, CLACSO, 2001, p. 55-89. Acesso ao texto completo: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/garza3/cardoso.pdf>.

INDICADORES SOCIAIS 2001: sindicatos, Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. World of Work Report 2012. Genebra, 2012.

JOSE, A.J. 2002. Organized labour in the 21st century: some lessons for developing countries. IN: JOSE, A. J. (Ed.), *Organized labour in the 21st century*: 1-19. Genebra: Organização Internacional do Trabalho.

KELLY, John; FREGE, Carola. Variedades no mundo capitalista avançado. Revista "Democracia e Mundo do Trabalho, Ano 1, Nº 1, janeiro/junho 2005, Porto Alegre, p. 50-56.

LAWRENCE, Sophia; ISHIKAWA, Junko. Trade union membership and collective bargaining coverage: statistical concepts, methods and findings. Genebra, OIT, 2005. Working Paper nº 59.

MORETTO, Amilton; POCHMANN, Marcio. A retomada do emprego em marcha lenta: implicações para as políticas públicas de mercado do trabalho. Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 20-24 setembro de 2006.

PESQUISA Anual por Amostra e Domicílios. BR; RS1992/1993, 1995/1999, 2001/2006. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/diretorios.php?caminho=/pub/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual . Acesso em jan. 2007.

PICHLER, W. A. Evolução da estrutura e do associativismo sindical no Rio Grande do Sul, no período de 1991 a 2001. Revista Indicadores Econômicos FEE, v. 35, nº1, 2007, pp. 137-150.

PICHLER, W. A. Tendências da sindicalização no Brasil: 1992-2009. Revista Indicadores Econômicos FEE, v. 38, nº3.

RYAN, S., WAILES, N., BAMBER, G. J. Globalisation, employment and labour: comparative statistics. In: BAMBER, G.J.; LANSBURY, R. D.; WAILES, N. International and comparative employment relations: globalisation and the developed market economies. Londres, Sage, 2004, p. 357-397.

SILVA, José Graziano da; GROSSI, Mauro Eduardo Del. A mudança no conceito de trabalho nas novas PNADs. Economia e Sociedade, v. 8, jun 1997, pp. 247-261.